

Concessões mútuas facilitaram o acerto

BRASÍLIA — O acordo com os credores privados mostra que o Brasil transigiu bastante e fez o que não queria fazer quando as negociações começaram, em 11 de outubro do ano passado: aceitou separar a discussão sobre os juros atrasados das conversações sobre o montante devido aos bancos, de US\$ 60 bilhões. Quando começaram as negociações, o discurso oficial era o de que o Brasil queria um acordo definitivo e coerente com a capacidade de pagamento do País. O raciocínio era de que, se aceitas-se pagar os atrasados sem a garantia de um bom acordo, ficaria sem dinheiro e sem acordo.

Os banqueiros também demonstraram alguma flexibilidade. Em novembro, pediram US\$ 2,8 bilhões (um terço dos atrasados), logo depois ameaçaram cortar as linhas de crédito que permitem o financiamento do comércio exterior brasileiro e as operações dos bancos brasileiros no exterior. Acabaram aceitando 25% dos juros atrasados, o resto sendo transformado em bônus.

A Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, preparou o terreno para o acordo ao anunciar o pagamento de 30% sobre os juros devidos pelo setor público nos três primeiros meses do ano, além de ter autorizado o pagamento de US\$ 130 milhões ao Banco de Exportações e Importações (Eximbank) dos Estados Unidos. Outro sinal de boa vontade aconteceu em dose dupla: no mesmo dia em que o Banco Central fez a remessa dos 30% sobre os juros (US\$ 352 milhões) houve a proposta de pagar US\$ 2 bilhões de atrasados.